



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

REUNIÃO ORDINÁRIA

11 DE MARÇO DE 2014

ATA

1 Às dez horas do décimo-primeiro dia de março de dois mil e quatorze, no Edifício
2 Sede da Secretaria de Direitos Humanos, em Brasília/DF, reuniu-se a Comissão
3 Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, sob a coordenação do Sr. José
4 Armando Fraga Diniz Guerra. **Estiveram Presentes:** a Ministra Maria do Rosário
5 Nunes, Presidente da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho
6 Escravo/CONATRAE e Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos
7 da Presidência da República/SDH/PR; o Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra,
8 Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho
9 Escravo/CONATRAE; a Sra. Raquel Perrota e a Sra. Raissa Roussenq, Representantes
10 da OAB; a Sra. Silvana Abramo, Representante da ANAMATRA; o Sr. Carlos
11 Eduardo Chaves Silva, Representante da CONTAG; a Sra. Larissa Nascente Leston,
12 Representante da CNI; o Sr. Mário Luiz Guerreiro, Representante da AGU; o Sr.
13 Eduardo Menezes Lima, Representante da DPU; o Sr. Reinaldo Damacena,
14 Representante da CNI; o Sr. Alexandre Takamoto, Representante da Polícia Federal; a
15 Sra. Rogenir A. Santos, Representante da Catholic Relief Services/CRS; o Sr. Ricardo
16 Resende Figueira, Representante do GPTEC; o Sr. Jonas Moreno, Representante do
17 Ministério Público do Trabalho/MPT; a Sra. Vera Lúcia de Oliveira, Representante do
18 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA; a Sra. Fabíola de Nazaré
19 Oliveira, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE; o Sr. Antonio
20 Carlos de Mello Rosa, Representante da OIT; o Sr. Mario Luiz Guerreiro,
21 Representante da Advocacia-Geral da União/AGU. **Pauta: 1)** Abertura da Presidenta
22 da CONATRAE; **2)** Informes; **3)** Apresentação do Mecanismo de Revisão Periódica
23 Universal (RPU), do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas; **4)** Balanço
24 2011; **5)** Programação de Eventos – 28/2012; **6)** Encerramento. **Abertura da**
25 **Presidenta da CONATRAE.** A Ministra Maria do Rosário Nunes iniciou a reunião
26 cumprimentando e agrade centos a presença de todos. Lamentou sua ausência na

27 reunião nacional da CONATRAE ocorrida em Mato Grosso, o que deveu-se a
28 compromissos junto à Presidência da República, mas ressaltou as respostas positivas
29 da organização dos estados ao apoio das COETRAES e do fomento a novas comissões
30 estaduais para a erradicação do trabalho escravo. Informou que foram pensadas uma
31 série de ações que poderiam ser debatidas pela CONATRAE no dia corrente, dentre
32 elas o fortalecimento até o início do próximo ano legislativo da meta de votação da
33 Proposta de Emenda Constitucional/PEC sobre trabalho escravo, pois o Governo
34 Federal trabalhava na mensagem da Senhora Presidenta ao Congresso Nacional e a
35 SDH tinha o compromisso de estabelecer entre as prioridades legislativas do próximo
36 ano a citada PEC. Destacou que a PEC estava entre as ações prioritárias da SDH e
37 ocupava um lugar ainda de maior relevância e possibilidade de articulação no ano
38 seguinte. Lembrou que dia 28 de janeiro era o dia que registrava a luta contra o
39 trabalho escravo no Brasil e pretendia-se transformar essa data em um marco
40 importante, justamente porque seria as vésperas do reinício dos trabalhos legislativos
41 no Congresso Nacional. Portanto, pensava em uma articulação da sociedade civil e
42 através da CONATRAE lançar uma campanha pela aprovação da PEC. Ressaltou que
43 o Sr. Antônio Filho foi escolhido para ser agraciado com o Prêmio Nacional de
44 Direitos Humanos na modalidade de combate ao trabalho escravo. Com isto, convidou
45 a todos para participarem da premiação e sugeriu um encontro regional do Nordeste
46 brasileiro sediado no estado do Maranhão, em vista da cidade natal do premiado,
47 Açailândia, município do referido estado, envolvendo também a Região Norte do país.
48 Neste sentido, propôs também que a CONATRAE realizassem reuniões
49 descentralizadas nos estados da federação. Sugeriu também levar a público o mapa dos
50 caminhos do trabalho escravo, definir ações e criar os mapas de cidadania sobre o
51 tema da migração humana e do enfretamento do tráfico. Destacou, por fim, que a
52 temática foi pauta da reunião de autoridades do MERCOSUL e os países do Bloco,
53 nas áreas de direitos humanos, estavam buscando recursos do FOCEM, que é o fundo
54 de desenvolvimento do MERCOSUL, para uma atuação entre fronteiras no que
55 concernia aos trabalhadores de toda a região. Com isto, parabenizou a iniciativa de
56 todos e passou a palavra aos demais. Neste passo, a Sra. Rogenir A. Santos,
57 Representante da Catholic Relief Services/CRS, informou que lhe foi solicitada pela
58 Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e a Frente Parlamentar que apresentasse
59 o interesse de realizar uma ação articulada que envolvesse a própria CNBB, a
60 CONATRAE e a Frente Parlamentar no dia 28 de janeiro. Para tanto, sugeriu a criação
61 de um Grupo de Trabalho para definir um calendário e proceder às articulações.
62 Sugeriu também uma moção de apoio louvando a premiação ao Sr. Antônio Filho.

63 Neste sentido, encarregou-se de fazer a redação da referida moção e posterior envio
64 aos demais para considerações. Por fim, informou que a COETRAE do Estado do
65 Maranhão encontrava-se desarticulada e necessitava do fortalecimento da atuação no
66 estado. Na sequência, a Sra. Vera Lúcia de Oliveira, Representante do Ministério da
67 Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, parabenizou a organizado do evento
68 no estado do Mato Grosso e afirmou que o MAPA realizava palestras pelo interior do
69 Brasil e já estava ciente da necessidade de abordarem o combate ao trabalho escravo.
70 Por fim, ratificou a proposta das reuniões itinerantes. **Apresentação do Mecanismo**
71 **de Revisão Periódica Universal (RPU), do Conselho de Direitos Humanos das**
72 **Nações Unidas.** O Sr. Fabio Balestro Floriano, Representante do Departamento de
73 Relações Internacionais da Secretaria de Direitos Humanos, agradeceu o espaço
74 cedido e informou que o Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do
75 Conselho de Direitos Humanos da ONU objetivava relatar a situação atual de direitos
76 humanos em todo o Brasil e era fundamental a participação da sociedade civil.
77 Informou com isto que o relatório entrava em consulta pública no dia corrente e se
78 estenderia até o dia 20 de dezembro e, além disso, seria realizada audiência pública no
79 Senado Federal, com a presença da Ministra Maria do Rosário Nunes, que dar-se-ia no
80 dia 15 de dezembro do ano corrente. Solicitou, para tanto, a ampla divulgação nas
81 diversas organizações e redes que compunham a CONATRAE. Registrou, por
82 derradeiro, que todas as informações prestadas e os pontos levantados pela sociedade
83 civil seriam de fundamental importância, ainda que não incorporassem o relatório,
84 todavia, haveria, durante a Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em
85 Genebra, um período de apresentação desse relatório, no qual todas essas
86 contribuições poderiam ser levadas pelos representantes do estado brasileiro ali
87 presentes. Por último, colocou o Departamento de Relações Internacionais da SDH à
88 disposição de todos. Ato contínuo, não houve nenhuma manifestação dos demais
89 presentes. Com isso, o Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra, Coordenador-Geral da
90 CONATRAE passou ao próximo ponto de pauta agradecendo a participação do Sr.
91 Fabio Balestro Floriano e informando que a Secretaria-Executiva da Comissão
92 enviaria e-mail reiterando essas informações e com o link para a minuta inicial do
93 texto do Relatório Período Universal. **Programação de Eventos – 28/2012.** O Sr. José
94 Armando Fraga Diniz Guerra informou que já havia uma mobilização de algumas
95 COETRAES, sendo que a COETRAE do Maranhão estava mais avançada. Ato
96 contínuo, informou que o Sr. Jonas Moreno, Representante do Ministério Público do
97 Trabalho/MPT, era o novo coordenador Nacional de Erradicação ao Trabalho Escravo
98 da Procuradoria Geral do Trabalho. Neste passo, solicitou ao mesmo que fizesse uma

99 breve fala. O mesmo destacou que houve um ineditismo em sua escolha, ao passo que
100 o Procurador Geral do Trabalho fez abertura democrática para que os novos
101 coordenadores nacionais dos temas afetos ao MPT fossem escolhidos pelas
102 representações das regionais e, nesse caso, o próprio foi escolhido e, na semana
103 anterior, o Procurador Geral baixou portaria confirmando a escolha como novo
104 coordenador. Ressaltou que o dia 28 de janeiro de 2012 dar-se-ia num sábado e as
105 atividades se estenderiam uma semana antes e uma semana depois a essa data. E no
106 referido dia, o Sr. Leonardo Moretti Sakamoto dialogaria com a auto-gestão do Fórum
107 Social Mundial para abrir um espaço para o evento da data. Indicou que seria feita
108 uma articulação com a Frente Parlamentar, a fim de garantir que a PEC 438 fosse
109 pautada na ordem do dia. Após, o Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra ratificou que
110 o Sr. Leonardo Moretti Sakamoto já encontrava-se autorizado a apresentar na reunião
111 com o Comitê Gestor do Fórum Social Mundial a proposta de um ato público no dia
112 28, marcando o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, com a presença da
113 Ministra Maria do Rosário Nunes, além do Procurador Geral do Trabalho, o Sr. Luís
114 Antônio Camargo de Melo. Ressaltou que seriam realizadas atos por duas semanas e,
115 na semana anterior ao dia, o Estado do Maranhão estava mais avançado, pois já tinha o
116 formato pronto e até a escola judicial do Tribunal do Trabalho colocou sua estrutura à
117 disposição. Contudo, eram mobilizados os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia.
118 Com relação à semana posterior, afirmou que a Frente Parlamentar entrara em contato
119 com a CNBB e com a Comissão Pastoral da Terra/CPT, a fim de realizar um grande
120 ato, com um pedido de agenda também da Presidenta Dilma Vana Rousseff, da
121 Ministra Maria do Rosário Nunes e do Ministro do Trabalho e Emprego, para que a
122 semana inicial do ano legislativo fosse de grande mobilização. Informou, por fim, que,
123 encerrada a reunião, entraria em contato com a assessoria de comunicação para
124 preparar uma campanha nacional de combate ao trabalho escravo e em defesa da
125 aprovação da PEC 438. Na sequência, a Sra. Gilda Pereira de Carvalho, Representante
126 da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria Geral da
127 República/PFDC/PGR, sublinhou que comungava da ideia que cada estado brasileiro
128 tivesse a sua COETRAE e ponderou importante a reinserção social do trabalhador e o
129 fim da impunidade. Após, a Sra. Rogenir A. Santos reiterou a proposta de um Grupo
130 de Trabalho que pudesse usar melhor o potencial de todas as instituições que
131 componentes da CONATRAE, garantindo assim maior visibilidade ao tema,
132 utilizando-se das estruturas de comunicação de cada instituição. Resgatando o
133 proposto pela Sra. Gilda Pereira de Carvalho, a Sra. Jacqueline Ramos Silva Carrijo,
134 Representante do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho/SINAIT, afirmou que

135 para diminuir as vulnerabilidades era essencial o acesso à educação e à qualificação
136 profissional. Sugeriu, com tanto, o envolvimento do Sistema S, de maneira que
137 fizessem seus cursos voltados para as potencialidades, as características regionais, com
138 o objetivo de firmar esses trabalhadores no estado e atrair investimentos. Sugeriu
139 também o envolvimento do Ministério da Saúde/MS e o Ministério da
140 Educação/MEC. Na sequência, o Sr. Luiz Antônio Machado, Representante da
141 Organização Internacional do Trabalho/OIT, sugeriu que fosse estipulada uma meta
142 para o próximo ano para a criação de novas COETRAES, sem deixar de apoiar as que
143 já existentes. Ao passo que o Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra informou que a
144 meta estipulada pela Ministra eram seis novas COETRAES, totalizando 15 com as já
145 existentes. Após, o Sr. Silvio José Albuquerque e Silva, Representante do Ministério
146 das Relações Exteriores/MRE, elogiou a iniciativa de aprofundar a interlocução entre a
147 CONATRAE e os estados que se engajavam na erradicação do trabalho escravo,
148 ratificando a importância do apoio às COETRAES existentes. Louvou também a
149 consulta pública para a elaboração do RPU. Na sequência, a Sra. Rogenir A. Santos
150 propôs que o dia 28 tivesse uma espécie de lema. Ao passo que o Sr. José Armando
151 Fraga Diniz Guerra esclareceu que a Ministra propôs como lema anteriormente a
152 aprovação da PEC 438. Após, a Sra. Sandra Miguel Abou Assali Bertelli,
153 Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do
154 Trabalho/ANAMATRA, ratificou a importância do MEC, ressaltando que o
155 investimento na educação funcionaria não apenas como elemento de prevenção, mas
156 também elemento de resgate e reinserção social desse trabalhador. Sugeriu também
157 como parceiro o Poder Judiciário. Informou, por fim, que a ANAMATRA possuía um
158 programa chamado trabalho, justiça e cidadania, que seria a disseminação de todos os
159 ideais de direitos humanos ligados ao direito do trabalho junto às escolas de ensino
160 fundamental, médio, ensino de jovens e adultos e o Sistema S. Seguindo, o Sr. José
161 Armando Fraga Diniz Guerra ressaltou que o Projeto “Escravo nem Pensar” foi
162 financiado via convênio pela Secretaria de Direitos Humanos e estava em finalização o
163 convênio com o Ministério da Educação, porém, foi aprovado em edital e seria
164 novamente financiado pela SDH através de assinatura de convênio e era uma das
165 experiências de participação junto com a escola pública, para formação dos
166 professores a fim de tratar do tema de trabalho escravo. Neste passo, o Sr. Luiz
167 Antônio Machado afirmou que a OIT reconhecia o Projeto “Escravo nem Pensar”
168 como um dos melhores programas preventivos do Brasil. Diante das propostas, o Sr.
169 José Armando Fraga Diniz Guerra sugeriu que compusesse a Comissão Executiva da
170 CONATRAE, além da Catholic Relief Services/CRS e do SINAIT, que traria para a

171 pauta do dia 10 de janeiro, reunião previamente marcada para tratar das articulações
172 do dia 28 do mesmo mês, seu calendário de ações. Neste sentido, o Sr. Jonas Moreno
173 solicitou a inserção do MPT e sugeriu também a inserção neste GT da ANAMATRA.
174 Ao passo que a Sra. Sandra Miguel Abou Assali Bertelli colocou-se à disposição do
175 GT. Seguindo, o Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra informou que a Frente
176 Parlamentar solicitou agenda com a Ministra Maria do Rosário Nunes no dia 14 de
177 dezembro, a fim de apresentarem proposta de articulação feita com a CNBB e a CPT.
178 **Balanco 2011.** A Sra. Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque, Secretária de Inspeção do
179 Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE destacou que os números
180 coletados resultados das ações fiscais até outubro de 2011 sinalizavam o maior número
181 de ações do que o ano inteiro de 2010, sendo um pouco menos de empresas
182 fiscalizadas porque em cada ação constatava-se uma maior dificuldade de encontrar o
183 trabalho escravo realmente, o que demonstrava uma preocupação maior dos
184 empregadores de não deixar acontecer. Ressaltou que os bons resultados deu-se pela
185 parceria com a área jurídica, como, por exemplo, o Ministério Público do Trabalho.
186 Sugeriu que o MTE fosse mais envolvido na parte atinente à capacitação a fim de que
187 as pessoas fossem encaminhadas para qualificação. Motivada pelo Sr. José Armando
188 Fraga Diniz Guerra, esclareceu que a Instrução Normativa 91 foi publicada no Diário
189 Oficial do dia 06 de outubro do ano corrente e teve como objetivo harmonizar os
190 procedimentos do auditor fiscal do trabalho e definia para o auditor fiscal do trabalho
191 quais as condições e o que se entendia por cada um das expressões que definem o
192 trabalho escravo. Após, o Sr. Luiz Antônio Machado lembrou oficina realizada em
193 março de dois mil e onze a fim de elaborar plano de prioridades, o qual motivou a
194 metodologia denominada GUT, Gravidade, Urgência e Tendência. Com isto, sugeriu o
195 resgate deste plano no ano seguinte. Depois, o Sr. **Silvio José Albuquerque relatou**
196 **que, na perspectiva do MRE, foi** muito positiva a interlocução mantida dentro do
197 governo com a sociedade civil, com outras entidades na construção de posições de
198 política externa que reflitam a realidade brasileira e que ao mesmo tempo viabilizem a
199 melhor defesa do país em questões ligadas a trabalho escravo. Ratificou a necessidade
200 de reforçar a interlocução com o Poder Judiciário, que responde a uma demanda
201 internacional presente na pauta externa e diante de uma ameaça adicional, que seria a
202 de reversão da posição do Supremo Tribunal Federal/STF que consolidou o
203 entendimento de que o crime de redução de alguém à condição análoga de escravo era
204 um crime de jurisdição federal. Na sequência, o Sr. Jonas Moreno destacou que o
205 potencial penal do 149 e que o empresariado rural já não pensava ainda nos grilhões
206 da escravidão colonial, mas na escravidão contemporânea. Afirmou que a perspectiva

207 para 2012 era continuar a intensificar os trabalhos e existiam dois projetos, o
208 “caminhos da liberdade”, que monitorava o trabalhador desde o seu estado de origem.
209 E um outro projeto piloto no Mato Grosso, chamado Resgatando a Cidadania, que
210 promovia a reinserção do trabalhador. Seguindo, a Sra. Rogenir A. Santos Costa
211 analisou que houve uma muito maior em relação às reuniões, a manter uma agenda e o
212 próprio funcionamento da executiva foi um avanço positivo. Todavia, houve também
213 uma quebra em relação à própria incidência nas políticas públicas e na discussão da
214 PEC 438. Ratificou a importância dos Ministérios não faziam parte da CONATRAE,
215 bem como o Ministério do Desenvolvimento Social, a Educação, Saúde e Cultura.
216 Ponderou com isso que não podiam pensar prevenção e reinserção sem dialogar com
217 essas políticas públicas. Sugeriu também discutir com os estados as alternativas de
218 trabalho decentes, dignas nas cidades onde os trabalhadores se encontravam. Neste
219 sentido, o Sr. Silvio José Albuquerque sugeriu a inclusão da Secretaria de Políticas de
220 Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR. O Sr. Mario Luiz Guerreiro sugeriu replicar
221 evento realizado em Goiânia para os demais estados no próximo ano. Isto posto, a Sra.
222 Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque lembrou que reativou o sistema nacional e regional
223 de treinamento dos auditores fiscais do trabalho, sendo criadas coordenação em cada
224 estado e, a exemplo de Goiás, seria realizados os treinamentos em todas as regionais.
225 Neste sentido, a Sra. Jacqueline Ramos Silva Carrijo afirmou que a ANAMATRA
226 participava dessas oficinas de sensibilização e conseguia atrair colegas do Poder
227 Judiciário, do Ministério Público e auditores para assistir, onde demonstravam a rotina
228 da fiscalização desde o momento da denúncia à colheita de provas, auto de infração e
229 as interdições. Afirmou, por fim, que com a nova metodologia implantada pela
230 Secretaria de Inspeção do Trabalho os coordenadores, auditores fiscais tinham a
231 oportunidade de promover essa interação institucional. Complementado, o Sr. José
232 Armando Fraga Diniz Guerra informou que foram realizadas seis oficinas em seis
233 tribunais da justiça do trabalho em parceria com as escolas judiciais, na Bahia, Pará,
234 Mato Grosso do Sul, Ceará, Piauí e Maranhão, com o número total de 450
235 participantes, sendo que cerca de duzentos juízes e procuradores do trabalho. Além
236 disso, motivada pela sugestão das escolas judiciais, a Coordenação-Geral da
237 CONATRAE contactou a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de
238 Magistrados do Trabalho /ENAMAT com a proposta de formação inicial e de
239 sensibilização do juiz recém concursado. E a CONATRAE foi convidada também na
240 formação inicial dos juízes dos magistrados do trabalho a fazer uma exposição em
241 uma mesa sobre trabalho escravo que a SIT/MTE realizaria no dia 03 de março.
242 Informou que houve a assinatura de acordo com o Ministério do Desenvolvimento

243 Agrário/MDA, para que toda a rede do Ministério fosse capacitada sobre o trabalho
244 escravo. Concordou a pauta da PEC 438 ficou prejudicada. No entanto, era o primeiro
245 ano de mandato, portanto, um ano complicado tanto para as políticas públicas quanto
246 para a articulação legislativa, mas, em 2012, retomaria a pauta com a campanha
247 proposta. Esclareceu que o MDS era convidado para todas as reuniões, porém, não
248 pode estar presente. Destacou o avanço auferido a partir da assinatura da a Portaria
249 Interministerial nº 02, assinada no dia 13 de maio pelo Ministro do Trabalho e
250 Emprego e pela Secretaria de Direitos Humanos, tornando conjunta a responsabilidade
251 pela dita lista suja. Ressaltou, por fim, que a Ministra o demandou e,
252 conseqüentemente, à CONATRAE realizar o 2º Encontro de Comissões Estaduais,
253 além da realização de pelo menos duas reuniões itinerantes. **Informes.** A Sra.
254 Jacqueline Ramos Silva Carrijo informou que o GT criado pela CONATRAE sobre
255 trabalhadores migrantes realizou sua primeira reunião no SINAIT e definiu: essencial
256 o diálogo com o Diretor da Polícia Federal e o Ministério da Justiça, a fim do
257 cumprimento da Resolução Normativa 93 do Conselho Nacional de Imigração/CNIg; a
258 elaboração de parecer, acerca do Artigo 98 do Decreto que regulamentou o estatuto do
259 estrangeiro, a ser distribuído para todos os departamentos de polícia federal,
260 superintendências regionais do trabalho e demais envolvidos no enfrentamento ao
261 trabalho escravo. Providências, segundo ela, necessárias para evitar a deportação. A
262 Sra. Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque sugeriu convidar o Presidente CNIg, Sr. Paulo
263 Sérgio de Almeida, antes de tomar essas iniciativas, a fim de otimizar o trabalho da
264 Comissão. Ressaltou que Resolução Normativa 93 já havia sido passada ao Diretor
265 Geral da Polícia Federal. Neste passo, o Sr. José Armando Fraga Diniz Guerra
266 informou que foi solicitada pela Ministra audiência com o Diretor Geral da Polícia
267 Federal e também com o Ministro da Justiça e o que faltava para a operacionalização
268 da Resolução Normativa 93 era a ordem de serviço da Diretoria Geral e tão logo
269 finalizada a reunião em curso, informaria a Ministra dos detalhes para a assinatura
270 desta ordem de serviço. **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. José
271 Armando Fraga Diniz Guerra encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.